

Projeto: Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações

Entrevistado: Ricardo Leyser Gonçalves

Local: Rio de Janeiro, RJ

Entrevistadora: Carla Siqueira; Vivian Fonseca

Sumário: Lucas Pacheco Campos

Data de elaboração do sumário: 03 de janeiro de 2017

1ª Entrevista: 25/10/2016

Formação acadêmica e militância política na União da Juventude Socialista (UJS) e no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) [p. 1-2]; a entrada do PCdoB na Secretaria de Esportes do Município de São Paulo e o início dos trabalhos com o tema esportivo [p. 3-4]; o desafio de organizar os Jogos Sul-Americanos de 2002 [p. 4-5]; o diagnóstico da precariedade da estrutura esportiva da cidade de São Paulo e do Brasil e as consequências para os atletas [p. 5-6]; as mudanças implementadas na Secretaria de Esportes do Município de São Paulo: estruturação de políticas públicas [p. 6-7]; o reconhecimento de bom trabalho realizado na secretaria municipal e o convite, pelo ex-presidente Lula, para integrar o Ministério dos Esportes [p. 7-8]; a importância da Lei Agnelo/Piva para o esporte brasileiro [p. 8-9]; as dificuldades iniciais no Ministério dos Esportes e o convite, em seguida, para integrar a Secretaria de Esporte Educacional [p. 9-11]; a proposta e a implementação da política pública denominada Segundo Tempo [p. 11]; os problemas na organização do Pan-Americano Rio 2007 e a derrota da candidatura do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2012 [p. 12-13]; a utilização do Pan-Americano de 2007 como preparação para a candidatura aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 [p. 13-14]; a entrada decisiva do governo federal na organização do Pan Rio 2007 [p. 13-15]; Pan Rio 2007: escolha da cidade sede, problemas de organização (sobretudo com o comitê organizador), a relação entre dirigentes esportivos e o poder público, o orçamento, os investimentos do governo federal [p. 15-20]; o problema da segurança pública no Pan Rio 2007 [p. 20-21]; o percurso da tocha no Pan Rio 2007 e nos Jogos Rio 2016 [p. 22]; questionamentos, críticas e auditoria das contas do Pan Rio 2007 [p. 24-27]; a incompreensão, em especial por parte da imprensa, sobre as necessidades de elevação dos investimentos no Pan [p. 25-27]; o balanço do processo de preparação e organização

do Pan [p. 27-30]; o principal legado do Pan e as ligações com o processo de candidatura para os Jogos Rio 2016 [p. 30-32]; as diferenças entre os trabalhos executados no período de candidatura para a Rio 2016 e no período posterior à definição do Rio como cidade sede [p. 32-33]; os desafios para as políticas públicas esportivas estabelecidas na gestão do Ministro Orlando Silva e as relações com os megaeventos [p. 33-35]; os desafios e as parcerias do Ministério dos Esportes com pequenos clubes, associações e entidades locais para a promoção de políticas esportivas [p. 35-37]; os impactos referentes às apurações de irregularidades no Ministério dos Esportes que culminaram na saída de Orlando Silva e na entrada de Aldo Rebelo [p. 38-39]; a importância da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no processo de realização de grandes eventos esportivos [p. 39-41]; as manifestações de junho de 2013: incoerência com a realidade concreta que vivia o país, impacto negativo para o Ministério dos Esportes e para os megaeventos, vandalismo e clima de insegurança [p. 39-43].....p. 1-43

2ª Entrevista: 01/11/2016

Os detalhes do processo de candidatura para os Jogos Rio 2016 e o envolvimento do entrevistado [p. 1-4]; a qualidade técnica do projeto e dos profissionais envolvidos na candidatura do Rio de Janeiro [p. 2-4]; a importância central do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo de candidatura e na escolha do Rio como cidade sede [p. 4, 16-17]; a relevância de outros atores e o detalhamento técnico do projeto de candidatura: relações públicas, alinhamento entre público e privado, diálogo entre distintas políticas públicas, a influência dos Jogos de Barcelona de 1992 [p. 4-7]; o envolvimento do ex-prefeito César Maia no processo de candidatura e as dificuldades da prefeitura naquele momento [p. 7-8]; a avaliação técnica do Comitê Olímpico Internacional (COI) sobre o projeto de candidatura do Rio [p. 8-10]; os três eixos técnicos avaliados negativamente pelo COI: segurança, infraestrutura em esportes e rede hoteleira [p. 10-11]; o erro de avaliação do COI com relação à rede hoteleira do Rio de Janeiro e as margens de negociação entre o poder local e o COI [p. 10-12]; as estratégias de sensibilização dos eleitores e do corpo técnico do COI no processo de candidatura [p. 13]; os pontos fundamentais que pesaram na escolha do Rio em 2009: a boa conjuntura político-econômica que vivia o Brasil, a presença e o alinhamento governamental no projeto, a importância histórica do primeiro país emergente receber uma edição dos Jogos, a qualidade técnica do projeto [p. 13-14]; a continuidade das experiências acumuladas nos

Jogos Pan-Americanos de 2007 e o alinhamento decisivo entre as esferas de governo, o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o comitê da candidatura [p. 14-16]; a importância estratégica de sediar uma edição dos Jogos Olímpicos [p. 16-18]; a preparação dos quadros político e técnico no diálogo com o comitê de avaliação do COI [p. 18-219]; o crescimento da importância do Ministério do Esporte e seu papel no processo de candidatura [p. 19-21]; a relação do Ministério do Esporte com as demais pastas e seu papel de coordenação na candidatura olímpica e na preparação para os Jogos [p. 22-23]; os gastos no processo de candidatura [p. 22-25]; o posicionamento negativo da imprensa nacional e os problemas das críticas com relação ao planejamento olímpico [p. 23-25]; o desenho de políticas públicas esportivas relacionadas à preparação para os Jogos: Plano Brasil Medalha, Bolsa Pódio, Bolsa Atleta, Rede Nacional de Treinamento [p. 26-30]; as perspectivas dos atletas para o período pós-olimpíadas: falha das políticas públicas implementadas e prioridade voltada para o desenvolvimento de atletas [p. 30-31]; a relação das políticas públicas esportivas com as Forças Armadas: Jogos Mundiais Militares de 2001, Programa de Alto Rendimento das Forças Armadas, polêmica sobre as saudações militares no pódio [p. 31-37]; as consequências das mudanças políticas em maio de 2016 para a preparação dos Jogos, em especial para a pasta dos esportes: tentativa de apropriação pelo novo governo, ameaça de cortes de financiamentos no Ministério do Esporte [p. 37-39]; a reação das confederações esportivas nacionais com a implementação das novas políticas públicas esportivas [p. 39-40]; os pontos centrais do desenho de gestão dos Jogos: consórcio público interfederativo (APO), empresa estatal (Brasil Rio 2016) e Regime Diferenciado de Contratação (RDC) [p. 40-42]; os atritos entre o poder público brasileiro e o COI: crise na APO, crescimento do protagonismo da prefeitura, mudança de posicionamento do governo federal [p. 43-45]; o papel enfraquecido do governo do estado na preparação para os Jogos [p. 45-46]; a concepção do Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Cgolimpíadas) e do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Geolimpíadas): inspirados nas experiências acumuladas no Pan-Americano [p. 47-48]; a importância da articulação entre os diversos grandes eventos: Pan-Americano, Jogos Militares, Rio +20, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo de Futebol, Jogos Olímpicos e Paralímpicos [p. 48-49].....p. 1-50

3ª Entrevista: 10/11/2016

As obras de investimentos direta e indiretamente relacionadas aos Jogos: piscinões na região do Maracanã, Plano de Despoluição da Baía de Guanabara, Estações de Tratamento de Esgoto, *Bus Rapid Transport* (BRT), Linha 4 do Metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) [p. 1-2]; a incapacidade do governo em estado de cumprir as tarefas planejadas na candidatura [p. 3-5]; o processo de discussão e construção da natureza do consórcio interfederativo, a Autoridade Pública Olímpica (APO) [p. 6-9]; os problemas e as mudanças de concepções no desenho de atuação da APO [p. 2; 9-12]; as gestões do general Fernando Azevedo e Silva e de Marcelo Pedroso como presidentes da APO: divulgação da Matriz de Responsabilidade e melhora do monitoramento sobre o Comitê Rio 2016 [p. 12-15]; o monitoramento das contas do Comitê Rio 2016 e a desvalorização das Paralimpíadas perante às Olimpíadas [p. 12-14]; o papel relevante da APO na coordenação dos órgãos e das atividades relacionadas à energia [p. 14-15]; a organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014: diferenças com relação aos Jogos Pan-Americanos, Olímpicos e Paralímpicos [p. 15-17]; as críticas sobre a opção por doze cidades sedes na Copa do Mundo: não foi de uma decisão do governo federal [p. 17-19]; as manifestações de 2013 e os impactos nos grandes eventos esportivos: instrumentalização da mídia [p. 19-21]; a participação dos investimentos privados nos grandes eventos [p. 21-22]; a crise política e os problemas de utilização das estruturas construídas no período posterior aos grandes eventos [p. 23]; a comparação entre os modelos de organização do Pan 2007, da Copa de 2014 e dos Jogos de 2016: semelhanças e diferenças [p. 24]; a participação do Ministério do Esporte no revezamento da tocha e nas cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos [p. 25-26]; os principais desafios na estrutura de organização dos Jogos: impasse na construção da Casa Brasil [p. 26-27]; a segurança dos Jogos: vaidade institucional, Lei Antiterrorismo, criminalização dos movimentos sociais [p. 28-30]; a criação de excepcionalidades legais para a organização dos grandes eventos: Leis Gerais da Copa e das Olimpíadas [p. 30-32]; os atrasos de repasse do governo federal para as obras coordenadas pela prefeitura nos últimos meses que antecederam os Jogos [p. 32-33]; a decisão de transferência de responsabilidades do governo federal para as esferas estadual e municipal [p. 34]; as divergências de concepção entre o governo federal e a prefeitura sobre a utilização e gestão do Parque Olímpico: os problemas da opção por uma parceria público-privada [p. 35-37; 49-50]; a concepção dos legados olímpicos [p. 37]; as polêmicas em torno do campo de golfe construído em Área

de Proteção Ambiental e dos processos de remoção para as obras olímpicas: tentativas de ressuscitar a palavra de ordem “não vai ter Copa” [p. 37-40]; os impactos da crise política, das mudanças de governo e do processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff no Ministério do Esporte e na organização dos Jogos [p. 41-45]; a desmobilização da equipe que vinha preparando os Jogos, a ausência de diálogos e a perda de memória no pós-*impeachment* [p. 45-46]; o convite para integrar a Empresa Olímpica Municipal (EOM), após exoneração do Ministério do Esporte [p. 46-47]; as funções assumidas pelo entrevistado na EOM [47-48]; a ideia de gestão do legado olímpico esportivo a partir do Instituto Brasileiro do Esporte: vence o modelo de parceria com a iniciativa privada [p. 48-50]; avaliação dos legados deixados pelos Jogos: mobilidade urbana, infraestrutura e esportes [p. 50-52]; perspectivas sobre a utilização da Rede Nacional de Treinamento [p.52-53]; balanço sobre erros e acertos no processo de preparação e organização dos Jogos: a governança e a atuação da APO [p. 53-55]; a avaliação sobre a importância de se registrar a memória de todo o processo olímpico [p. 55].....p.1-56